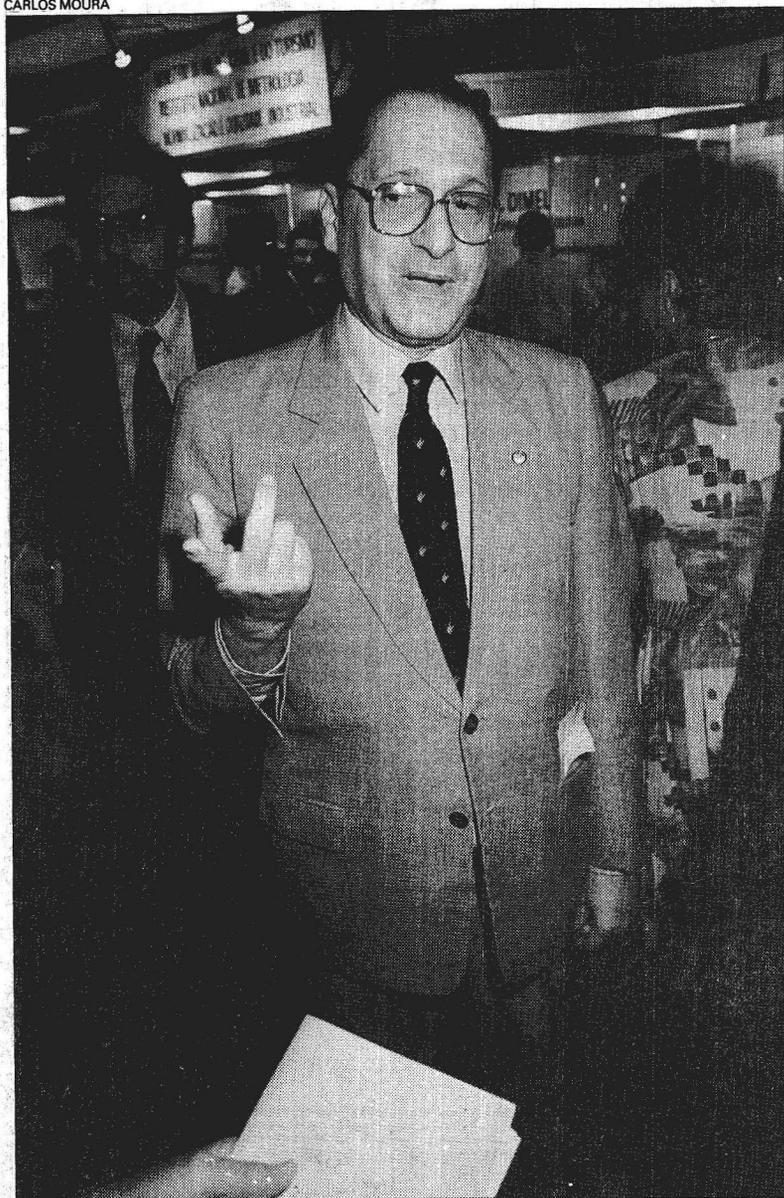


# CPI denuncia *holding* da corrupção



CARLOS MOURA



Roberto Magalhães: lista propondo cassações deve ser antecipada

A estimativa de que chegariam a mais de 100 os parlamentares envolvidos com a máfia do Orçamento e a divulgação ontem de uma verdadeira organização

montada por 12 empreiteiras do País numa rede de corrupção que envolveria os três poderes da República elevaram ao máximo o clima de tensão no Congresso. No centro dos dois acontecimentos, o coordenador da Subcomissão de Patrimônio da CPI do Orçamento, senador José Paulo Bisol (PSB-RS), foi duramente cobrado pelo relator-geral, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE):

“Se ele está dizendo que tem 100 para cassar, vai ter de apresentar mais 80 nomes. O José Carlos só denunciou 20 nomes e até agora só ouvimos aqui 10 parlamentares”, reagiu Magalhães.

A data de entrega dos relatórios parciais, sugerindo a cassação de parlamentares investigados, segundo Magalhães, foi antecipada do dia 20 para o dia 16 de dezembro. Ele confirmou que deverá pedir a cassação de parlamentares nesses relatórios parciais, mas negou que já exista um número definido.

“Se for o caso, vou mesmo pedir a cassação de alguns parlamentares”, disse o relator, que encaminhara os relatórios parciais à Comissão de Constituição e Justiça da Câmara para iniciar os processos de cassação.

**A organização** — O exame pela CPI da documentação apreendida na casa de diretores da Odebrecht, revelou o funcionamento, desde 1985, de uma organização comandada pelas principais empreiteiras do País, numa ampla rede de corrupção envolvendo parlamentares, autoridades do Executivo e funcionários de segundo e terceiro escalões desses dois poderes. A revelação paralisou o Congresso Nacional. Perplexa, a CPI formou comissão que levou os documentos para exame do presidente Itamar Franco e da cúpula militar.

A CPI ganhou tempo prometendo divulgar à tarde um relatório que resumisse a documenta-

ção, mas acabou produzindo uma sessão que o senador José Paulo Bisol fez uma síntese amena em relação ao que se apurou. Segundo diversas fontes que tiveram acesso à documentação, ela implica parlamentares históricos, autoridades até aqui consideradas de idoneidade indiscutível e descobre a ponta de um iceberg que, para muitos, ameaça o quadro institucional.

No início do dia, a CPI chegou a vazar nomes envolvidos como o do próprio relator da comissão, deputado Roberto Magalhães. Mais tarde, ficou esclarecido que ele teve seu nome escrito num documento da empreiteira Odebrecht como candidato viável ao governo do Estado de Pernambuco. Magalhães ficou nervoso, o Congresso entrou em pânico (ver

página 2).

A CPI descobriu a existência de uma empresa secreta, com subdivisões nas maiores empreiteiras do País, cuja atividade era a de corromper parlamentares e funcionários do Executivo para incluir emendas no Orçamento da União e liberar verbas para grandes obras. Entre os parlamentares-chaves para o esquema, conforme documentos em poder da CPI, estão José Carlos Vasconcelos (PRN-PE), Mansueto de Lavor (PMDB-PE), Sérgio Guerra (PSB-PE) e Messias Góis (PFL-SE). Muitos outros nomes são relacionados, mas não foram divulgados ainda.

O presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), deu 24 horas para que as Subcomissões de Emendas, de Evolução

Patrimonial e de Subvenções ofereçam pareceres sobre os parlamentares. Se concluírem pela culpabilidade deles, terão os sigilos fiscal e bancário imediatamente quebrados. Se pertencerem à CPI, passarão a ser investigados, pois todos os 44 integrantes da Comissão — 22 titulares e 22 suplentes — já tiveram suas contas bancárias abertas.

**O esquema** — De cada obra, 36 por cento do dinheiro recebido ia para um caixa geral, para a distribuição entre as várias instâncias hierárquicas da organização. Conforme o relatório preliminar sobre a empresa secreta, montado pelo senador José Paulo Bisol a partir de 40 quilos de documentos apreendidos pela polícia na casa de Airton Reis, diretor da Construtora Norberto Odebrecht, esta firma exercia um poder paralelo a todas as outras empreiteiras. “É preciso não confundir esta entidade secreta com a Norberto Odebrecht”, disse o senador Bisol.

De acordo com os documentos em poder da CPI, esta organização funciona assim: está enraizada em todos os setores da administração federal (Executivo, Legislativo e Judiciário) atinge empreiteiras, governantes, funcionários públicos e parlamentares; influencia a organização do Orçamento; paga propinas para funcionários públicos liberarem verbas para grandes obras; e funciona também na Caixa Econômica Federal, nos governos estaduais e nas prefeituras.

A organização funciona desde 1985. Um dos documentos apreendidos mostra como ela operava o cartel, em sistema de rodízio. Seus lobistas eram orientados a procurar parlamentares que ocupavam postos-chave, sempre em grupos. Das reuniões da organização secreta participaram os ex-diretores de Orçamento da União Paulo Fontenele e Francisco Scchetini para fazer análise do Orçamento Geral da União, ministérios com maiores possibilidades de recursos em 1993 e também falar sobre a perspectiva de créditos suplementares.

O consórcio da empresa secreta operava em todas as licitações. Tinha três níveis de atuação: de comando, de articulação setorial e regional e de contato com o Congresso e com o Executivo. Eles preparavam projetos, pareceres, minutas de decretos e medidas provisórias.